Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica Class.: 89

Data: 03.06.81 Pg.:

CRIME DO APURINÃ ESTÁ SENDO APURADO

RIO BRANCO — A FUNAI designou a antropóloga Regina Muler para medir o grau de aculturação do índio apurinã Nouzinho Gonçalves que, no dia 20 de maio passado, matou com um tiro de espingarda disparado à queima roupa o delegado sindical Manoel Ferreira, de 53 anos, no município de Boca do Acre. A antropóloga esteve na área no último fim de semana e deverá apresentar, nos próximos dias, o laudo antropológico, que será incluído no inquérito da morte do líder sindical.

Por uma questão de segurança, o índio Nouzinho está sob custódia da Polícia Federal em Rio Branco e dorme no prédio da Superintendência da PF. Isto porque os membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre estão exigindo que ele seja preso e julgado pela Justiça dos brancos, e teme-se alguma forma de represália contra o índio.

No dia seguinte à morte do agricultor, o Sindicato realizou um ato público na cidade e deu prazo de trinta dias para a FUNAI e o INCRA resolverem a demarcação da reserva apurinã do posto Camicuá e a situação de cerca de 100 famílias que estão nas terras delimitadas pela FUNAI. Esse prazo se esgotaria no próximo dia 10, e a notícia que chega a Rio Branco é de que até as mulheres brancas casadas com índios já estão abandonando o posto, temendo a eclosão de um grave conflito entre índios e agricultores.

A iniciativa de procurar uma solução para o problema foi tomada pela Coordenadoria Regional do INCRA, no Acre, que desde o mês passado tem jurisdição no município amazonense. O órgão abriu um processo administrativo e encaminhará ao Conselho de Segurança Nacional a proposta para demarcar 49 mil hectares para os apurinãs, de acordo com a última delimitação feita pela FUNAI, com a qual os índios concordam. Ao mesmo tempo propõe o remanejamento das famílias de agricutores para os seus projetos de colonização no Acre, ou para uma outra área arrecadada pela União em Boca do Acre. No mesmo processo está proposta a complicação de uma outra reserva apurinã, no km 45 da BR—317, onde os índios vivem em conflito com agricultores paranaenses que migram para esta região.